



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11551 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E SEUS DESAFIOS

Janiely dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Fabiane Santana Previtali - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E SEUS DESAFIOS

INTRODUÇÃO

Esse trabalho apresenta o resultado parcial de uma pesquisa em andamento no curso de mestrado. O objetivo é fazer uma breve discussão em torno do processo de precarização do trabalho do docente da educação básica e suas implicações na saúde do professor, relacionando-o com a expansão da indústria 4.0 e as políticas neoliberais. Foi realizado um levantamento bibliográfico, oriundo do mapeamento de pesquisas publicadas na área da Educação à luz o Materialismo Histórico-Dialético.

No cenário atual do século XXI, estamos vivenciando inúmeras transformações no mundo do trabalho. Desde o período em que ocorreu a primeira Revolução Industrial na Inglaterra, com a substituição da mão-de-obra artesanal pela mecânica, até o momento atual com a ampliação da indústria 4.0, o que temos presenciado é um trabalho automatizado, cibertariado e, conseqüentemente, precarizado. Antunes (2020) destaca que a expansão da indústria 4.0, conceito que nasceu na Alemanha, em 2011, concebia gerar um salto tecnológico no mundo produtivo a partir das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Nesse sentido, as tecnologias trazem consigo várias mudanças que atingem diretamente a estrutura do trabalho, aumentando o desemprego, controlando o trabalhador como se fosse uma máquina, ou seja, diversos níveis de precarização como consequência do

processo de exploração da classe trabalhadora. É inquestionável que as instituições públicas, atualmente, precisam se reestruturar para as profundas transformações tecnológicas no século XXI. Não há dúvida da importância da revolução digital para o futuro da educação, mas isso estabelece novas necessidades nas relações de emprego, dando origem a problemas de toda natureza que envolvem o trabalhador. O sistema capitalista vigente de uma sociedade globalizada tem precarizado mais ainda o trabalho do docente.

O profissional docente teve que se reinventar para conseguir se adaptar ao trabalho remoto durante a pandemia da covid-19, tendo que se amoldar-se a jornada extenuante, sem recursos das instituições para estruturar seu ambiente doméstico, causando frustração em sua carreira profissional. Vale ressaltar, que grande parte dos profissionais não tinha equipamentos adequados para aderir a esse novo formato e teve que se endividar para adquirir equipamento, visto que seus salários encontravam-se, e ainda permanecem, achatados pela falta de aumento. Dessarte, o trabalho docente tem se precarizado cada vez mais, acentuado pela falta de acesso às novas TICs, pela perda de direitos trabalhistas e terceirizações dos serviços educacionais.

Diante dessa expressiva problemática, uma pergunta se faz necessária: Quais impactos a precarização do trabalho tem causado na profissão do docente? Outras questões secundárias também são pertinentes: Como a indústria 4.0 e o sistema neoliberal contribuem para precarização do trabalho docente? Quais consequências a falta de acesso às TICs trazem para o trabalho docente nas escolas públicas?

2 IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o proletariado sofreu opressão, quando as indústrias dominaram o processo de produção, e passou a não mais dominar o processo de produção, mas, sim, um trabalho alienado. Podemos inferir que, a partir do desenvolvimento dos aparatos tecnológicos na sociedade capitalista, mais frágeis se tornaram a vida e as condições de trabalho para o trabalhador.

Haraway (2009, p. 36), define a metáfora do Ciborgue como “[...] um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo humano”, ou seja, o corpo não desaparece, ele se institui, característico do mundo atual onde a cultura digital domina o corpo/mente do ser humano. A autora relata que essa relação com a tecnologia pode ter benefícios, mas também malefícios e intensificação da precarização do trabalho. Segundo ela, “A tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões – e é importante saber quem é que é feito e desfeito” (HARAWAY, 2009, p. 36).

Trazendo para o campo educacional no século XXI, em que a educação passou por

diversas metamorfoses com a inserção da cultura do ciborgue nas escolas públicas, exigindo do docente o contato diário com as novas tecnologias, esse profissional não recebeu formação inicial e continuada e nem recebe das instituições públicas aparatos tecnológicos, e com isso tem que se reinventar para dar conta das demandas que são lançadas em seu ofício. Lucena (2012) relata que uns dos principais problemas para o não uso das TIC nas escolas é a formação inicial e continuada dos professores, visto que os programas governamentais não investem na formação desses profissionais. Neste contexto, Sales (2013) afirma que na sociedade digital o currículo é alvo do ciborgue, porque é inevitável pensar um currículo hoje sem a presença da tecnologia digital.

Para corroborar essa assertiva, o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO, 2020 apud PREVITALLI; FAGIANI, 2020) destaca que 84% dos professores da Educação Básica pública não tinham experiência alguma com aulas remotas e houve pouca atenção dos governos em atentar para esse fato, 53,6% dos professores das redes municipais de ensino e 24,6% dos professores das redes estaduais de ensino afirmaram não receber nenhum tipo de formação ou auxílio para o uso das tecnologias digitais. Assim, verifica-se o quanto a formação desse docente encontra-se deficiente para atender as exigências da educação atual.

Por meio deste cenário, é possível refletir sobre o trabalho docente, o desencadeamento da precarização do seu labor e, conseqüentemente, as implicações na sua saúde mental desses profissionais. Baião e Cunha (2013 apud FORATTINI; LUCENA, 2015) fizeram uma pesquisa bibliográfica sobre doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente e apontaram como principais ocorrências que atingem o meio docente: exaustão emocional, stress, síndrome de burnout, depressão, disfunções musculoesqueléticas, distúrbio de voz, pressão alta e lesões miocárdica. Outro fator agravante são os trabalhadores contratados que não possuem um plano de carreira e lidam com a instabilidade profissional, que ao findar seu contrato ficam ansiosos pela incerteza de seu futuro.

No bojo da precarização docente, tomemos o exemplo de Minas Gerais, onde o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu como inconstitucional as normas de contratação para o exercício das funções do Magistério no âmbito da Rede Estadual de Educação. Atualmente, o governo de Minas Gerais precariza 150 mil trabalhadores com vínculo precário de trabalho. Muitos profissionais já tinham mais de 10 anos de contrato por trabalho temporário na rede estadual e foram dispensados sem nenhum suporte financeiro, como auxílio desemprego (SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2018).

Outro fator que intensifica a precarização do trabalho docente são as terceirizações nas instituições públicas. Conforme Previtali e Fagiani (2020) relatam que, desde 2018, vem sendo firmados convênios de 32 escolas de educação infantil com instituições privadas no Município de Uberlândia, além da terceirização da área administrativa de duas escolas municipais do ensino fundamental. Esse vínculo de trabalho desvaloriza ainda mais o

profissional, posto que os salários são ainda mais baixos, há aumento de carga horária e de funções desempenhadas.

Corroborando essa afirmação Gusmão (2002, p. 103 apud ABONÍZIO, 2012, p. 11-12, grifos do autor), afirma que

[...] Os efeitos da terceirização para os trabalhadores no interior do Estado são análogos ao da empresa capitalista, pois as subcontratações da força de trabalho à realização dos serviços estatais incidem na 'quebra de direitos, precarização do trabalho, fragmentação das relações trabalhistas, fragilização da resistência sindical dos servidores públicos e adequação maior do Estado às demandas do mercado'.

Diante dessas reflexões não há como negar a precarização do trabalho docente, com o advento da indústria 4.0, das TIC e do sistema neoliberal que gerencia a todo momento a ação docente. Para Galvão (1997) o centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo. Consequentemente, a educação deixa de ser campo social e político e passa a ser tratada como mercadoria.

Esse profissional é cada vez mais impelido a exercer sua prática para atender os interesses das reformas que aconteceram na educação ao longo dos anos. É possível considerar que a expansão da indústria 4.0, nos últimos anos, trouxe total repercussão no mundo do trabalho do professor. Hoje, esse profissional tem maiores responsabilidades, carga horária aumentada para atender pais no WhatsApp, cobranças do Estado, dentre outras atribuições inerentes a sua área de atuação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concebe-se que este estudo buscou apresentar alguns dos inúmeros fatores que têm causado impactos e precarização na profissão docente. Podemos elencar o advento das TICs e da indústria 4.0, a terceirização desmedida, a formação inicial desses profissionais, que está totalmente em defasagem em relação às exigências da educação atual, a falta de recursos e acesso às tecnologias digitais e a eclosão da pandemia da covid-19, com a ressalva de que esse fenômeno apenas veio despilar o que já era precarizado. Podemos destacar ainda a insegurança profissional vivenciada por esse profissional ao longo dos anos, devido aos contratos de trabalhos temporários e ausências de concursos públicos, o excesso da jornada, baixos salários, adoecimentos mentais e físicos, dentre outros fatores.

Assim, podemos considerar que a partir das análises bibliográficas, a precarização ocorre por diversos fatores na categoria docente, como apresentado neste estudo, podendo ser caracterizada pela relação de contrato de trabalho, a formação inicial e continuada e o

adoecimento da categoria.

Palavras-chave: Precarização. Trabalho docente. Educação básica. Tecnologias da Comunicação e Informação. Indústria 4.0.

REFERÊNCIAS

ABONÍZIO, G. Precarização do trabalho docente: apontamentos a partir de uma análise bibliográfica. **Revista Eletrônica Ensino de Sociologia em Debate**, Londrina, ed. 1, v. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/1%20Edicao/1ordf.%20Edicao.%20Artigo%20ABONIZIO%20G.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2022.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/zwxvVg76rBc89Fs3QQS6cMb/?lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2022.

FORATTINI, C. D.; LUCENA, C. A. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage Em Revista**, Paulinia, v. 1, n. 2, p. 32-47, 2015. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/201>. Acesso em: 2 jul. 2022.

GALVÃO, A. M. **A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX". *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-99.

LUCENA, S. **Educação e TV digital: situação e perspectivas**. Maceió: Edufal, 2012.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Trabalho digital e educação no Brasil. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 217-236.

SALES, S. R. O imperativo da ciborguização no currículo do Ensino Médio. *In*: MORGADO, J. C.; SANTOS, L. L de C. P.; PARAÍSO, M. A. **Estudos curriculares: um debate contemporâneo**. Curitiba: CRV, 2013. p. 193-207

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHOS EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS.
Floresta, SindUTE, 2018. Disponível em: <https://sindutemg.org.br/noticias/decisao-do-stf-sobre-contratacao-temporaria-no-estado-sind-ute-mg>. Acesso em: 2 jul. 2022.